

As prefeituras brasileiras e a realidade da hiperinflação

Marcello Alencar



Os responsáveis pela política econômica do País, segundo se diz, estão prestes a conseguir uma proeza sem paralelo na história da inflação: uma "estabilidade" mantida com taxas próximas a 40% ao mês. E sem dúvida um equilíbrio precário, ameaçado de despencar na primeira onda de especulação. Mas há quatro meses, quando a inflação oficial passou dos 15% ao mês, ninguém imaginava que fôssemos tão longe em tão pouco tempo.

O que significa uma taxa mensal de 40%? Segundo uma parábola dos economistas, a hiperinflação se instala quando o pipoqueiro da esquina não consegue mais comprar milho, não importa por que preço ele tenha vendido a sua última panelada de pipocas. Quer dizer, os preços sobem tão rapidamente que qualquer intervalo de tempo entre compra e venda, ou qualquer período de estocagem das mercadorias passa a ser um risco grave, porque o dinheiro perde inteiramente a sua função de reserva de valor.

Fenômeno semelhante ao do pipoqueiro ocorre com as finanças públicas. Tomemos por exemplo o recolhimento do IPTU, um dos principais itens de receita das prefeituras de todo o País. O imposto é pago em cotas mensais, cujo valor é corrigido mês a mês pela inflação passada. Se a inflação estiver estável, a arrecadação mantém-se constante em termos reais, e pode até crescer se a inflação for declinante. Mas quando a inflação se acelera, o que infelizmente é muito comum, a arrecadação começa a perder seu poder de compra. Ou seja,

o que se arrecada com um determinado contribuinte não é suficiente para adquirir, daqui a um ou dois meses, o mesmo número de refeições escolares que se adquiriu neste mês, mesmo que o valor de suas cotas de imposto seja corrigido mês a mês.

Numa conjuntura de altas taxas de inflação, a arrecadação tributária cai por diversos motivos. O primeiro é essa defasagem entre o reajuste do valor nominal dos tributos (pela inflação passada) e o seu efetivo poder de compra (restringido pela inflação presente e futura). Mais grave ainda é o caso dos tributos estaduais e federais, parcialmente repassados para os municípios, que demoram até sessenta dias para chegar e perdem, nesse período, a maior parte do seu poder de compra. Isso sem falar no aumento da inadimplência de contribuintes que, esmagados pela inflação, simplesmente não têm como pagar os seus impostos.

- Esse efeito de perda de arrecadação já é visível nas finanças da prefeitura do Rio, recentemente recuperadas de uma situação de total descontrole a que foram conduzidas pela incuria dos administradores. Por enquanto esses efeitos não comprometem o equilíbrio econômico do município, mas medidas preventivas devem ser tomadas antes que seja tarde demais.

O que pode ser feito para evitar a erosão das finanças municipais pela inflação? A nossa fórmula inclui o combate à evasão fiscal, o controle rigoroso dos gastos e a indexação das receitas tributárias. Até o ano passado os tributos eram reajustados a cada três ou seis meses, o que certamente já teria levado a prefeitura à falência com as taxas atuais de inflação. Atualmente o reajuste vem sendo feito uma vez por

mês. O governo federal, há anos, já vem reajustando as suas receitas a cada dia; é o chamado BTN fiscal, adotado até mesmo como moeda de referência em muitos contratos. Essa fórmula de reajuste diário pode vir a ser adotada pelas prefeituras como forma de proteger as suas finanças. Não se trata de aumento de carga tributária, mas de manutenção do seu valor real frente a uma inflação galopante.

Essa indexação diária, sem dúvida, afeta as finanças dos contribuintes que não têm suas rendas indexadas diariamente (embora isso esteja ocorrendo cada vez mais no comércio e na indústria). Mas não afe-

ta mais do que uma prefeitura falida, ruas esburacadas, calçadas escuras, escolas e hospitais fechados e outras lembranças de um passado recente que queremos conjurar, mas não devemos esquecer. Afinal, existem milhões de pessoas nesta cidade que mal sabem o que é um BTN e não pagam IPTU, mas dependem da merenda escolar, do atendimento médico e das creches comunitárias para continuar a acreditar nas regras estabelecidas para o funcionamento da sociedade.

Marcello Alencar é prefeito da cidade do Rio de Janeiro.